



## **ATLAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: UM PANORAMA DA DIRETORIA REGIONAL PIRITUBA – JARAGUÁ ENTRE OS ANOS DE 2008 A 2020**

Tiago Ferreira Lopes Machado

### **RESUMO**

As escolas públicas brasileiras vêm demonstrando cada vez mais a precariedade em diversos setores e entre eles está o de acessibilidade e inclusão. A herança histórica de exclusão para as pessoas com deficiência física e intelectual no Brasil deixa suas marcas no setor público educacional, refletindo em seus alunos as barreiras de qualidade de ensino.

Além das problemáticas de acesso físico das escolas, essa abordagem nos faz refletir um desencadeamento de como a formação territorial afunila os mecanismos de políticas públicas para dentro e fora das escolas (bairros e instrumentos públicos no entorno da escola) e como isso chega aos sujeitos que participam no seu cotidiano nas salas de aula.

Como objetivo, o presente trabalho busca mapear através de uma cartografia, as escolas da Diretoria Regional de Ensino (Pirituba – Jaraguá) no município de São Paulo, trazendo para os leitores e também da ação pública, uma avaliação e implementação de políticas públicas educacionais da educação especial. O trabalho ainda não tem resultados, pois ainda é uma proposta de um projeto de mestrado, o que vem a ter observações, contribuições e apontamentos dos participantes presentes neste diálogo.

**Palavras-chave:** Cartografia, Inclusão, Educação especial, espaço, território e políticas públicas.

### **Abstract**

Brazilian public schools have increasingly demonstrated precariousness in various sectors, including accessibility and inclusion. The historical legacy of exclusion for people with physical and intellectual disabilities in Brazil leaves its marks on the public educational sector, reflecting on its students the barriers of quality in education.



In addition to the problems of physical access to schools, this approach makes us reflect on how territorial formation funnels public policy mechanisms inside and outside schools (neighborhoods and public instruments around the school) and how this reaches the subjects who participate in their daily lives in the classroom.

As an objective, the present work seeks to map, through a cartography, the schools of the Regional Board of Education (Pirituba – Jaraguá) in the city of São Paulo, bringing to readers and also from public action, an evaluation and implementation of educational public policies of the special education.

The work has no results yet, as it is still a proposal for a master's project, which comes with observations, contributions and notes from the participants present in this dialogue.

**Palabras clave:** Cartography, Inclusion, Special Education, Space, Territory and Public Policies.

## INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira é marcada sobre um forte impacto colonial que sempre privilegiou aqueles que colocaram o seu poder através da violência e da seletividade racial, classe e também das condições físicas dos primeiros alunos, ainda sob efeito dessa linhagem histórica territorial brasileira que é registrada através dos mapas, podemos ver que além desses marcos, as espacialidades também são estratégicas e demarcadas como mais um critério de seletividade racial e de classe social para sua formação. (SANTOS,1997)

No atual sistema educacional, a “inclusão de alunos” de Atendimento Educacional Especializado (AEE) vem se destacando, ainda sob os comentários de figuras políticas que tem demonstrado a insatisfação e o descaso com esses alunos, nesse aspecto, o trabalho presente vem discutir alguns conceitos de inclusão e a perspectivas metodológicas delas.

Nesse critério, também trazemos uma discussão do que é política pública educacional e alguns critérios avaliativos de implementação.

Este trabalho é uma proposta de pesquisa a nível de mestrado, a qual vem mapear as escolas de ensino fundamental da região da Diretoria Regional de Ensino Pirituba –



Jaraguá, tendo como recorte os ciclos anuais do 6º ao 9º ano, esse mapeamento vem trazer os perfis das escolas sobre a acessibilidade no que toca desde as características físicas prediais, a oferta de ensino, e o ambiente interno ao redor das escolas, partindo de uma escala local para regional.

Como professor do ensino fundamental na rede municipal de São Paulo, presencio juntamente com os alunos os reflexos das políticas atuais, como falta de professores de Atendimento Especializado, a qual somos cobrados a readaptar os conteúdos sem as mínimas condições de informações desses alunos, e também da infraestrutura predial, a qual muitas vezes os alunos são obrigados a subirem escadas, e ausência de salas de recursos.

Para a realização de pesquisa, o método a ser utilizado será o de métodos mistos, buscando uma triangulação de busca de dados entre os vários atores sociais presentes no ambiente escolar, sendo os professores, pais, alunos, gestores e os bancos de dados das instituições governamentais.

Como recorte espacial, a região da Diretoria Regional de Ensino de Pirituba Jaraguá, se encontra com mais 12 diretorias como demonstram os mapas a seguir:

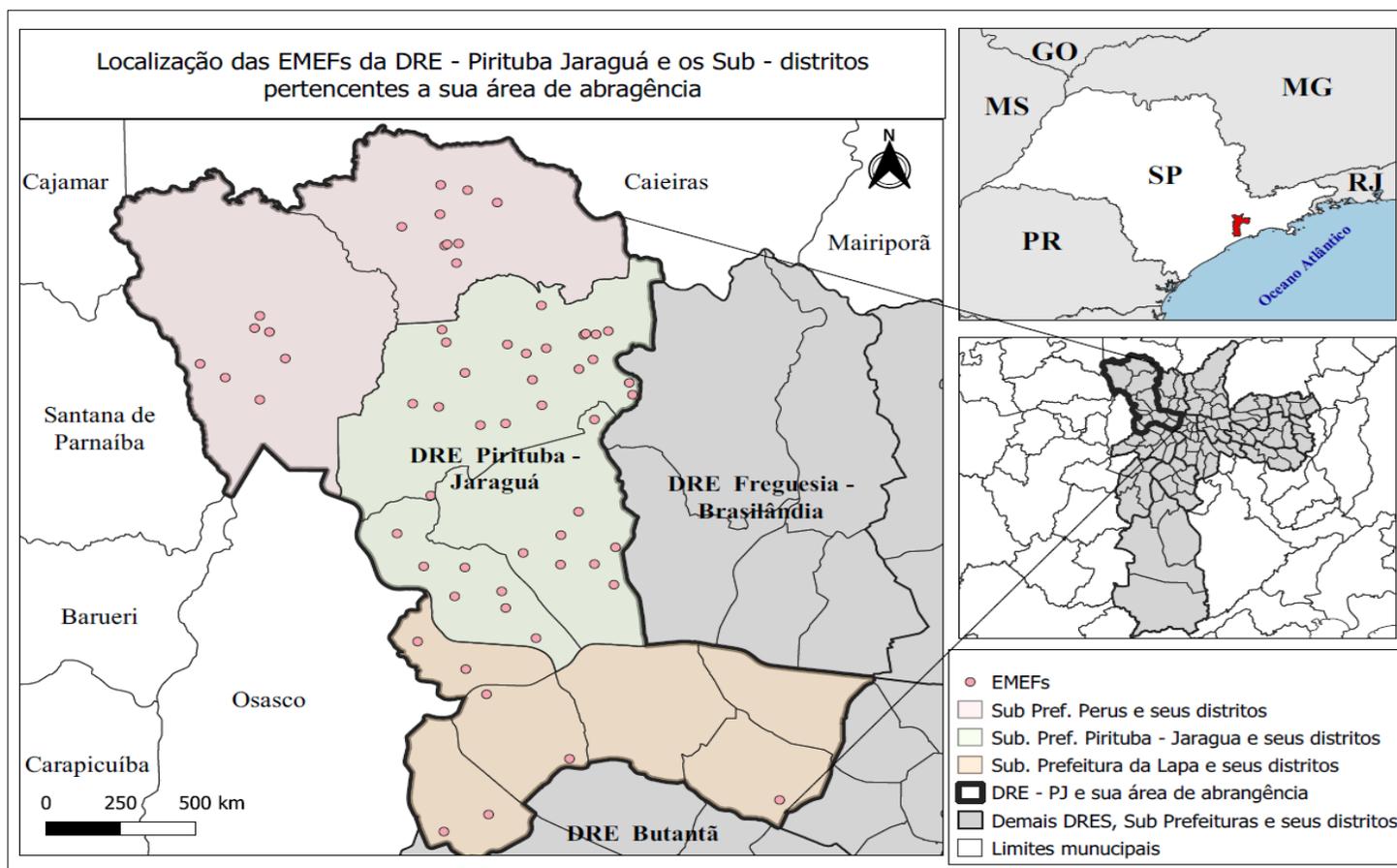
**Figura 01 – Distritos pertencentes a Diretoria Regional de Educação da prefeitura de São Paulo, Pirituba – Jaraguá**

1 – Anhaguera	8 - Jaguaré
2 - Perus	9 - Lapa
3 - Jaraguá	10 – Barra Funda
4 - Pirituba	11 - Perdizes
5 – São Domingos	
7 - Jaguara	

Fonte: IBGE: 2010. Geosampa, Dados abertos/SME –  
Prefeitura de São Paulo (2020)  
Elaboração: Tiago Ferreira Lopes Machado



**Figura 01 – Mapa – 01 Localização das EMEFs (Escolas Municipais da Diretoria Regional Pirituba – Jaraguá – SP e os seus distritos pertencentes a sua área de abrangência**

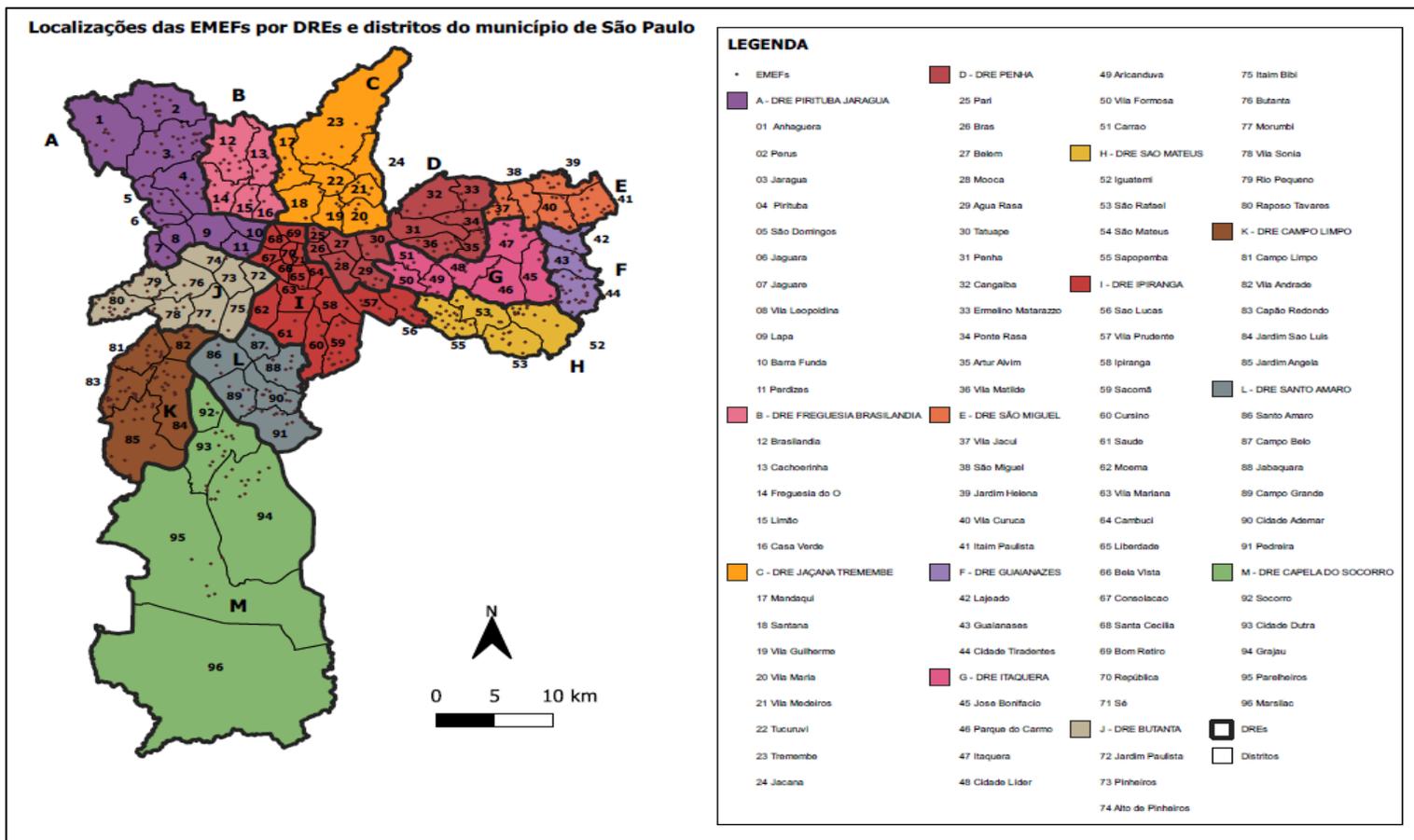


Fonte: IBGE: 2010. Geosampa, Dados abertos/SME – Prefeitura de São Paulo (2020)



Elaboração: Tiago Ferreira Lopes Machado

**Figura 02 – Mapa 02 Localização das EMEFs por DREs e seus distritos do município de São Paulo - SP**



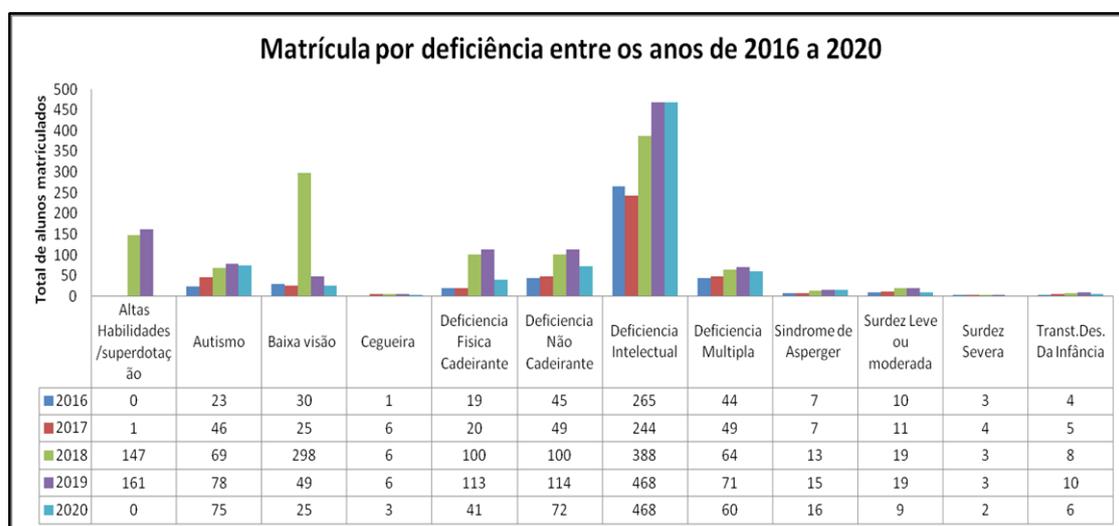
Fonte: IBGE: 2010. Geosampa, Dados abertos/SME – Prefeitura de São Paulo (2020).

Elaboração: Tiago Ferreira Lopes Machado



A pesquisa buscará informações sobre os tipos de deficiência por aluno, contendo idade, Gênero e etnia. Nesse quadro, lance a seguinte hipótese: relacionar o número de matrículas influenciados através de fatores como a oferta da estruturação dos equipamentos públicos e também com a situação de moradia destes alunos e empregos dos responsáveis, ou de centros de saúde, fisioterapia etc.

**Figura 3 – Gráfico de matrícula de alunos A.E.E entre os anos de 2016 a 2020 por deficiência**



Fonte: Dados abertos/SME – Prefeitura de São Paulo (2020).

Elaboração: Tiago Ferreira Lopes Machado

Como objetivo geral, o trabalho buscará Mapear os usos dos espaços escolares da Diretoria Regional de Educação Pirituba – Jaraguá no município de São Paulo, em relação a oferta de acessibilidade e inclusão da educação especial, direcionando – as para uma avaliação e implementação de políticas públicas. E como objetivos específicos serão:

- Localizar o número de escolas na Diretoria Regional de Educação (DREs) Pirituba – Jaraguá;
- Levantar dados documentais da organização educacional inclusiva e suas modificações;



- Levantar dados através do método de triangulação (questionários e entrevistas), o perfil de cada grupo da realidade escolar, Pais, alunos, professores, coordenadores, diretores e supervisão de ensino;
- Analisar as transformações das leis e diretrizes da educação e seus efeitos no espaço – tempo educacional, assim como o crescimento de matrículas dos alunos de Atendimento Educacional Especializado;
- Sistematizar gráficos e mapas que contenham as situações sociais e demográficas do educando, como características da população, raça, gênero, tipos de deficiência dos alunos, IDH, renda e nível de escolarização das famílias, assim como o nível educacional dos educandos em sites de instituições governamentais;
- Comparar mapas do local para o regional através dos processos históricos da educação no município de São Paulo, como por exemplo: os múltiplos processos de alteração das políticas públicas nas escolas.

## **METODOLOGIA**

Como metodologia de pesquisa, este trabalho utilizará a pesquisa de métodos mistos, delimitando – se em sequencial explanatório, onde a coleta de dados quantitativos, por meio de questionários estruturais será utilizado, após a análise e definição dos grupos (alunos, professores, pais, gestores, etc), com os resultados das coletas de dados, posteriormente a análise será qualitativa – crítica.

A fonte dos dados quantitativos são levantadas através de questionários e entrevistas estruturadas, semiestruturadas e informais com elaborações de notas de campos e leituras dos detalhes em um diário de campo, adotando uma padronização de datas, locais de entrevistas, com direcionamento das amostragens máximas, a qual são selecionados os indivíduos que se espera diferentes perspectivas sobre o fenômeno central. (Gil, 2009)



Além dessas etapas da pesquisa inicialmente, o projeto irá buscar em 10 escolas da DRE – Pirituba Jaraguá, sendo uma para cada bairro inserido na área de abrangência da Diretoria Regional de Ensino, sendo alguns grupos selecionados para obtenção de dados como pais dos alunos, “alunos AEE” e alunos do ensino dos 6º ao 9º anos do ensino fundamental, serão selecionados 1 aluno do ensino “comum” para levantamento de dados, 1 professor por disciplina e também o professor das salas de recursos, diretores dos estabelecimentos educacionais e também a supervisão de ensino. A elaboração dos questionários e das entrevistas serão elaboradas e modificadas de acordo com a realidade de cada escola e também de cada amostra dos grupos selecionados.

Como base da coleta de dados secundários para essa pesquisa, neste caso o método de pesquisa documental, a relação dos sites do censo escolar os dados estatístico – demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira), GeoSampa1 e dados abertos da prefeitura de São Paulo2, são essenciais para uma interpretação e formação de uma cartografia em que represente as ações das políticas educacionais inclusiva que já foram colocadas em prática e a situação atual dessas, configurando os seus efeitos colaterais sociais e espaciais em múltiplas representações gráficas, para esse procedimento, a utilização de softwares de mapeamento como QGIS, Arcgis, Philcarto, Cartes et donnés seriam essenciais para uma análise de uma estatística descritivas relacionadas as análises de uma perspectiva geográfica

Por outro lado, o mapeamento vem trazer um panorama dos índices de escolaridade dos pais dos alunos AEE, número de matrículas, formação de professores voltados a educação especial, quantidade de salas de recursos multifuncionais e escolas voltadas para a educação especial, outro ponto a ser levantado durante o projeto está no

---

1Site onde contém diversos bancos de dados georreferenciados do município de São Paulo, de acordo com interesse do pesquisador (*shapefiles - base cartográfica vetorizada, digitalizada para manipulação de dados*), kmz, tabelas, etc.).Disponível em:

[http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SBC.aspx](http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx)

2Assim como o geosampa, o site “dados abertos” também disponibiliza alguns shapefiles (base cartográfica digitalizada e vetorizada) de acordo com a área de exploração do pesquisador, sendo os dados separados por área da educação, saúde, transportes, demografia, segurança, etc. Disponível em: [http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt\\_PT/](http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/)



mapeamento de acessibilidade dentro e no entorno dos estabelecimentos escolares, como a infraestrutura e transportes.

No desenvolvimento do presente trabalho, também serão explorados os dados dos programas sociais como o bolsa família, e os programas governamentais voltados para a valorização e formação do professor, programas de políticas públicas locais - regionais e territoriais, interligados com o tema central da pesquisa, o que pode ser considerado como hipóteses de mapeamentos. Neste caso, os procedimentos para a realização do projeto se destacam nos seguintes tópicos:

1. **Levantamento documental:** busca – se uma direção voltada as políticas públicas de ensino, levantado o seu perfil histórico, social e espacial desse modo educacional, compreendendo e relacionando as consolidações, os planejamentos e as ações que não foram desenvolvidas em diversas gestões governamentais e educacionais do município de São Paulo, também serão levantadas bibliografias de práticas metodológicas na área da pesquisa qualitativa;
2. **Levantamento de dados primários e secundários:** Como uma das características do método qualitativo, a pesquisa se volta para o estudo de caso e para validar os dados, utilizarei a triangulação metodológica de acordo com Denzin<sup>3</sup> (1978), existem quatro tipos de triangulação, por se tratar de múltiplas realidades e múltiplas espacialidades, essa metodologia explora o terreno da pesquisa que vem em primeiro plano, na segunda etapa a coleta de dados vão se despoliarizando em diversos grupos sociais inseridos diretamente ou indiretamente no âmbito escolar, desses sujeitos estão os professores P.A.E.E (Professores de Atendimento Educacional Especializado) pais, alunos, diretores e coordenadores.

---

<sup>3</sup>Denzin (1978), especifica que a triangulação é a possibilidade do pesquisador recorrer a um conjunto de múltiplas teorias, elencando os dados levantados com tempos e espaços diferenciados sobre um mesmo fenômeno, nisso o autor divide quatro tipos de triangulação, sendo triangulação de dados, triangulação do investigador, triangulação da teoria e triangulação metodológica.



A complementação de fontes para possíveis levantamento de dados primários, vão ser selecionados algumas escolas<sup>4</sup> que contenham o maior número de alunos especiais matriculados e as 6 EMEBs (Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos), através dos questionários de múltiplas escolha, busca – se levantar algumas informações sobre o cotidiano dos pais, alunos, professores, diretores.

Como fontes para levantamento de dados secundários estão os sites do INEP(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia), EOL (Escola online) e dados abertos, sendo os dois portais de informações atualizadas pela prefeitura de São Paulo, resultando após a coleta, interpretação, análise e manipulação de dados gerando os mapas e gráficos como produtos de informações;

- 3. Entrevistas:** Como método de entrevista, o presente trabalho pretende completar os dados com história oral, deixando o entrevistado livre a contar suas experiências, emoções, sociabilidade, busca – se ver aqueles que vivenciam os espaços educacionais, interpretando profundamente quais os fenômenos sociais em determinadas escolas e os bairros que se localizam.

Turra Neto (2011), ressalta que a história oral é uma narrativa em que o entrevistado tem sua conversa livre, onde expõe suas emoções, suas experiências, com um retoque mínimo de intervenção do entrevistador, sendo este um colaborador da construção de narrativas, o mesmo autor fala da importância da entrevista como sendo um elo de informações dos grupos sociais, suas agendas e seus movimentos.

As entrevistas são um meio de captar informação e, como tal, devem estar sempre sobre “controle metodológico”, ou seja, o pesquisador deve refletir constantemente sobre seus pressupostos teóricos e suas fontes de distorção. (TURRA

---

<sup>4</sup>Número a ser definido no desenvolvimento da pesquisa



NETO, 2011) A importância do diário de campo também será utilizada, pois é a partir do primeiro contato com o campo que poderá ser feitas anotações de como elaborar determinadas questões para um possível roteiro de entrevistas, além de organizar outras informações que se baseie nas teorias da pesquisa.

O mesmo autor, também ressalta que a busca da memória ou da narrativa não é totalmente mentirosa, pois é uma interpretação dos fatos, sendo o documento oral uma fonte, porém não pode ser usado como referência objetiva (TURRA NETO, 2011).

Ao citar Queiroz (1991), Turra Neto (2011) fala da relevância do diário de campo pelas anotações tomadas antes, durante e depois das entrevistas, pois é a partir daí que o pesquisador poderá analisar e balancear as condições da entrevista, também será anotada no diário de campo as impressões sobre os sujeitos pesquisados e experiências de campo, colocando em prática as formas de metodológicas do estudo de caso.

4. **Publicações:** Análise e Avaliação de dados para uma efetivação de um atlas da educação especial da rede municipal de São Paulo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para os pressupostos teóricos deste trabalho, a interdisciplinaridade é essencial para a análise social e espacial da educação de atendimento especializado, onde os fatos históricos fazem aflorar pontos importantes para a configuração estrutural atual da rede municipal de ensino. Neste ponto da historicidade dos direitos da pessoa com deficiência, utilizarei os autores (NUNES et al.), onde os autores fazem uma linhagem histórica de como as práticas sociais eram voltadas para as pessoas portadoras de deficiência, até no momento onde as políticas públicas são inseridas como práticas de inclusão por diversos setores da sociedade e da divisão espacial do trabalho, como dos serviços públicos e posteriormente com a educação.



Contextualizando com a história da educação brasileira, Figueira (2013) demonstra que as origens da educação especial era interligada ao mesmo tempo com a formação e organização da saúde no território brasileiro, sendo estas duas controladas em sua totalidade pelos poderes da igreja católica e que através dos seus longos processos políticos - administrativos relacionadas com a coroa portuguesa que perdurará até o momento da primeira república, a qual as novas formas de administração do território vão alterando as políticas dessas duas áreas.

Ainda seguindo a linhagem histórica da educação especial no Brasil, Mazzota, (2011), aponta como a formação das políticas educacionais especiais no Brasil foram se alterando entre os anos de 1854 a 1993, fazendo uma comparação entre as leis das antigas províncias e posteriormente estados, e municípios, (REBELO; KASSAR 2012), em seus trabalhos também faz uma linhagem histórica da educação especial brasileira, anunciando a sobreposição das políticas públicas em grupos sociais que historicamente foram segregados na formação social e territorial.

Como compreensão de alguns mecanismos e relações do Estado e municípios Baptista, (2015), apresenta de forma abrangente de como a permeabilização das políticas públicas educacionais se formam, tendo em vista que uma das dificuldades do financiamento da educação especial está na forma como a relação estado e município se organizaram, sendo muitas vezes essas relações com órgãos não governamentais e que também a escassez de dados ainda deixam uma grande complexidade do financiamento da educação em diversos municípios, microrregiões e até mesmo os estados.

O autor descreve em seu trabalho que a relação Estado – município estão fundamentadas na distribuição de recursos pelo FUNDE (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), onde a partir do decreto 6.571 cria o financiamento e atendimento aos alunos especiais matriculados nas redes públicas e também em salas comuns, o mesmo procedimento também se dá em escolas particulares e filantrópicas, desde que não tenha procedimentos educacionais que substituam o processo de escolarização destacada na LDB.

Através da base política neoliberal, os efeitos do investimento em cada região das redes de ensino ficou por muito tempo em busca das qualidades de ensino, o que não leva em conta muitas vezes as conjunturas das problemáticas sociais no entorno e dentro das



escolas, o que realmente pode atingir o desempenho do ensino – aprendizagem, desconsiderando a variedade de realidades daqueles locais de ensino.

Baseando - se nas lógicas do modelo neoliberal que assume um papel regulador e fiscalizador de políticas públicas (CARVALHO; MARTINS, *apud* FRIGOTTO E CIAVATTA ,2003) as políticas de inclusão dos “excluídos” é uma adequação, principalmente das pessoas portadoras de deficiência aos modos de produção e também das práticas de consumo.

Giroto; Passos; Pavesi (2019), ressaltam que por décadas, os governos adotaram políticas neoliberais, o que acarreta em uma adoção por parte do partido político em exercício, interligando -as a produção e reprodução de projetos educacionais gerencialistas, onde agendas, prazos, “supervisionismo” das aulas, bônus salariais por merecimento aos rendimentos das avaliações externas passam a ser influenciados pela direção e coordenação das escolas, o que desvirtua a configuração social das localidades escolares.

No que toca as externalidades das escolas, referente a escassez das estruturas de acessibilidade desiguais de cada região do município de São Paulo, a inclusão social no geral vem atingir também ao aluno não portador de deficiência, esta distribuição desigual é caracterizado pelos instrumentos públicos que são instalados em determinados locais, devido aos resultados dos processos e formas urbanas o que interfere para além do acesso físico, os meios de acesso culturais, transporte, saúde e outros serviços essenciais para a sociedade, nesses casos, utilizarei a formação do espaço urbano, suas lógicas postas sob os interesses dos agentes sociais que são os proprietários de meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. (CORREA P.12)

O levantamento de dados, nos mostra que o perfil do educando da rede municipal de São Paulo são cidadãos da parte periférica da cidade, como demonstrado nos mapas 04 e 05, as localizações das escolas nesses bairros e a renda familiar desses alunos são resultantes de uma longa condição, meio e produto (FANI, 2013), ou de um longo processo de segregação socioespacial, produzidos pelas relações sociais, configurando e reconfigurando suas espacialidades desiguais, principalmente entre o centro, as periferias e as centralidades (SPOSITO,2013).

Por outro lado, o Estado propõe organizar leis e direitos, mas não garante e nem avalia os meios de acessos educacionais, o processo de inclusão é muito conflituoso, onde o preconceito se torna algo demarcado por algumas propostas, formando mais exclusão do que inclusão (BRIANT, 2008), afetando diretamente as adequações das estruturas dos espaços de



ensino e também dos equipamentos públicos às necessidades das pessoas portadoras de deficiência assim como no geral.

Por fim, a cartografia tem como função neste trabalho demonstrar através de sua representatividade (formas, orientação, tamanho, orientação, cor e valor) (BERTIN, 1977), os fenômenos sociais distribuídos nas escolas (e no entorno) municipais de São Paulo, sendo o conjunto de mapas como veículo de transmissão do conhecimento, onde vem revelar o visível e o invisível na imagem (THÉRY, 2008), representando as transformações do espaço - tempo, com suas formas, funções e processos (SANTOS, 1982).

Como dito na introdução do projeto, pretende – se com a análise de políticas públicas fazer uma comparação entre os anos de 2008 e 2020, a qual houve diversas implementações nas Políticas Nacionais da Educação Especial sob a perspectiva da “inclusão total”, interferindo nas políticas de educação municipal de São Paulo.

Entende – se como políticas públicas toda forma de ação necessária de um contexto social, transpassando -se para uma esfera estatal, a qual haverá uma intervenção política naquela realidade, seja para fazer um investimento, seja como regulamentações administrativas, resultantes de interesses políticos, econômicos e sociais. (Bonetti, 2006).

Nisso, as políticas públicas são analisadas, implementadas (ações e resultados) e avaliadas, Ala – Harja e Helgason (2000), nos coloca que não há uma exatidão de uma definição do que é uma avaliação das políticas, públicas, pois há diversos significados, e uma complexidade de área e problemáticas sociais, abrangendo enormes questões, porém definem políticas públicas como “avaliação de objetivos propostos”.

Com essas políticas em andamento, as avaliações passam por diversos exames e diagnosticados, dentre esses estão: a avaliação formativa (inseridas durante a implementação do programa com propósito de melhorias no desenvolvimento do programa), e a avaliação de somativa ou “*ex post*” (onde visam trabalhar com os impactos e processo após a implementação do programa); (ALA – HARJA E HELGASON, 2000).

Além disso, as políticas públicas são encaminhadas para outros órgãos que não são diretamente os executores, mas que podem contribuir para o aperfeiçoamento da execução dessas políticas, dentre eles estão:



[...]a Casa Civil, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério Público, Controladoria Geral da União, o IPEA, Tribunal de Contas da União, Universidades, fundações Privadas. (BRASIL, 2018).

A exemplo dos padrões internacionais e da demanda social que reivindicam a acessibilidade da educação especial, o Brasil torna essas medidas como políticas públicas educacionais, incluindo em leis legais da educação especial inclusiva.

Existem na literatura acadêmica dois conceitos de inclusão para educação especial que se iniciaram nas décadas de 1990, resultantes de um longo percurso histórico nos países europeus e também nos E.U.A, na concepção da Prof. Eniceia Mendes a bifurcação se dá entre os “inclusionistas totais” e “inclusionistas” (MENDES, 2006 P. 394).

Além dessas características apontadas pela professora Enicéia Mendes, Lucelmo Lacerda (2020), ao analisar as diferenças dessas correntes, resume que a “inclusão Total” defende que o único espaço escolar em que a criança com deficiência deva aprender é a sala de aula com os demais alunos da educação “regular”, pois qualquer adaptação ou possibilidades é discriminatória, além de proporem que é o aluno que deve se adaptar ao currículo da escola e não o contrário, também descreve que esta diferença, esta adequação, este desempenho, não pode ser captados pela ciência, mas devem ser reconhecidos por sua força tática (LACERDA, 2020).

Já os “inclusionistas” se aproximam de um paradigma ideológico marxista – Gramsciana mais próximas do Hegelianismo (Lacerda apud, Kauffman, Ward e Badar, 2016), nesse grupo, o educando com deficiência deve ter uma complementação no seu nível de aprendizagem, a medida de sua necessidade, com apoios e acompanhamentos em salas comuns, podendo chegar às salas especializadas e às escolas especializadas, embora a proeminência seja a da sala comum (Lacerda apud Mendes, 2006). Nessa perspectiva, o processo educacional parte das necessidades dos indivíduos, partindo de uma avaliação e um Plano de Ensino Individual, tendo todo um esforço da escola para ofertar o desenvolvimento curricular do estudante da Educação Especial, ou seja, a escola se adapta ao educando e não o contrário.



Dentro desse paradigma, há uma bifurcação entre o movimento da “Educação inclusiva”, com um caráter de produção de apoio e produção de pesquisas qualitativas e pedagógicas, por outro lado, o movimento de “Educação Baseada em Evidências” tem o perfil de produção de pesquisas quantitativas (o que não quer dizer que tenham bases positivistas). Nas palavras do professor Lucelmo Lacerda:

Dentro do contexto da Educação Inclusiva, há ao menos uma grande bifurcação, que diz, respeito à produção dos conhecimentos necessários ao processo de apoio, sendo um grupo mais receptivo às produções de pesquisa qualitativa e de tradição pedagógica e outro grupo engajado no que se pode chamar de Movimento de Educação Baseada em Evidências, que assume que uma relação pedagógica é uma relação causal e, como tal, só pode ser demonstrada por meio de pesquisas quantitativas [...] (Lacerda, 2020).

As políticas nacionais de educação especial foram adotadas através dos critérios da inclusão total desde 2003 com pretensões de alterações para o ano de 2020, além das características aqui citadas, há um grande interesse do Estado nesse viés paradigmático e ideológico sobre o fechamento das salas especializadas ou de recursos, pois adota – se apenas a inserção do aluno da educação especial nas salas comuns sem adotar um levantamento avaliativo, baseado em evidências das necessidades de cada aluno, com a nova proposta da PNEE, o aluno deverá sim ter acesso nas salas de recursos, porém não leva – se quais os níveis de aprendizagem e muito menos o tipo de deficiência.

Segundo a Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei nº 9.394/96. (Da educação especial) com a legislação educacional do município de São Paulo e baseando – se nos direitos constitucional (Art.206) e também dos direitos e convenções internacionais das pessoas portadoras ,de deficiência, a educação especial é:

Art.58 – Entende – se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do pensamento e altas habilidades ou superdotação (Caput, com redação dada pela Lei 12.796, de 04/04/2013)



§ 1º – Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º – O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.[...] (Leis e Diretrizes Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 9.394/96 Art. 58 § 1º,2º)

Já a Legislação Educacional do município de São Paulo (Decreto nº 57.379 de 13 de Outubro de 2016). (Na perspectiva da educação especial) considera como alunos especiais :

Art. 2º Serão considerados público-alvo da Educação Especial os educandos e educandas com: I - deficiência (visual, auditiva, física, intelectual, múltipla ou com surdocegueira);

II - transtornos globais do desenvolvimento - TGD (autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Rett e transtorno desintegrativo da infância);

III - altas habilidades. (DECRETO Nº 57.379 DE 13 DE OUTUBRO

DE 2016)<sup>5</sup>

As engrenagens dessas políticas se dão através da relação Estado – município, que estão fundamentadas na distribuição de recursos pelo FUNDEB<sup>6</sup> (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), onde a partir do decreto 6.571 cria o financiamento e atendimento aos alunos especiais matriculados nas redes públicas e também em salas comuns, o mesmo procedimento também se dá em escolas particulares e filantrópicas, desde que não tenha procedimentos educacionais que substituam o processo de escolarização destacada na LDB.

O efeito do investimento em cada região das redes de ensino ficou por muito tempo em busca das qualidades de ensino, o que não leva em conta muitas vezes que há

---

5 SÃO PAULO (Prefeitura). Decreto nº57.379 de 13 de Outubro de 2016. Dispõe sobre a Política Paulista de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 14/10/2016, p.23. Disponível em: [https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=/2016/](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2016/)

6Em 2009, o Conselho Nacional de Educação CNE/CEB Parecer nº 13/2009 – A distribuição dos recursos do FUNDEB só poderá ser concretizado após o levantamento de dados realizado através do censo escolar, obtido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,



várias problemáticas sociais no entorno e dentro das escolas, o que realmente pode atingir o ensino – aprendizagem.

Os recursos da educação inclusiva, também sobreposta no plano educacional especial no território brasileiro, tem como principais funções de investimento na estrutura predial (adaptação a acessibilidade), salas de recursos multifuncionais, transporte, merenda, livros e o repasse do FUNDEB para as escolas que contém os alunos matriculados, sendo levado em consideração o aluno especial que for duplamente matriculado, porém certos limites educacionais na ampliação de programas como as salas de recursos estão acompanhando a perspectiva econômica e não pedagógicas, o que limitaria até mesmo implementações das políticas educacionais como demonstra os trabalhos Rebelo e Kassar (2012)<sup>7</sup>.

Como resultado dessas políticas que desconsidera a configuração social regional e territorial daqueles espaços, Giroto, Passos e Pavesi (2019)<sup>8</sup>, ressaltam que por décadas, as políticas de educação em larga escala tem uma estruturação de política liberal, idealizada em conjunto com empresas, instituições e governos, o que acarreta em produção e reprodução de projetos educacionais gerencialistas, desconsiderando toda a configuração das diversas realidades locais de cada escola.

Mesmo com os indicadores contextuais na composição desses índices, com o nível socioeconômico, as características sociais e espaciais das escolas pouco são levadas em conta no processo de elaboração ou avaliação das políticas educacionais, provocando diagnósticos que descaracterizam a condição heterogênea da educação pública e omitindo a desigualdade socioespacial que se constitui como uma das marcas do processo de formação da sociedade brasileira. (GIROTO, OLIVEIRA, PAVESI 2019 P.33).

Os processos históricos das lutas sociais da educação inclusiva, assim como a educação comum, estão totalmente atreladas aos processos da formação territorial brasileira, o que pode ser concretizado nas reflexões desiguais dos desenvolvimentos

---

7 REBELO, A. S; KASSAR, M.C.M. Escolarização dos alunos da educação especial na política inclusiva no Brasil. **Revista Instituto Benjamin Constant**. Inc.Soc., Brasília, DF, v.11 n.1, p.56-66, jul./dez. 2017

8 GIROTO, E.D (org.). **Atlas da rede estadual da educação de São Paulo**. Curitiba: CRV, 2018. P. 124



regionais, territoriais, locais e econômicas, como demonstram os dados do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – mapa 04), onde boa parte das escolas estão localizadas em áreas de média e alta vulnerabilidade, onde a renda média mensal na maioria dos habitantes está por volta de 0 a 2500 (mapa 05). Através desse levantamento, o trabalho tende a responder as seguintes questões:

- Quais tipos de inclusão estão sendo realizadas atualmente nas políticas públicas?
- Quais os motivos levaram a construção das escolas em determinadas localidades no município de São Paulo?
- Foram levadas em consideração as realidades dos perfis sócio – econômicos?
- Quais escolas têm uma estruturação de acessibilidade?
- Qual o perfil e quantos professores especialistas da educação especial existem na rede atualmente?

Através dos choques das políticas públicas partidárias e os interesses de diversos agentes econômicos com a realidade de cada região, a seleção dos planejamentos podem trazer grandes impactos sociais, daí os olhares cartográficos e geográficos, onde o desenvolvimento dos seus papéis estão em descrever, analisar e avaliar os fenômenos sociais sob o espaço geográfico, colocando como práticas alternativas que envolva a relação sociedade – espaço - tempo e a organização e a inserção dos múltiplos poderes no território.

Por outro lado, o estudo tende a contribuir para identificar numa perspectiva crítica as múltiplas formas de mecanização que acentuam as desigualdades na acessibilidade da educação especial, produzindo cada vez mais as suas espacialidades (GIROTTI; OLIVEIRA; PAVESI, 2019) escolares, sejam elas trazidas de suas externalidades para as internalidades de cada estabelecimento educacional.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**



Nos Resultados, deverá constar a esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos.

Nesta sessão poderão ocorrer o uso de gráficos, tabelas, mapas, figuras, quadros, atentando para a utilização e identificação segundo as normas da ABNT.

As discussões (análises) geradas a partir dos resultados deverão ser criativas, inovadoras e éticas, de maneira a corroborar com as instruções de pesquisa científicas do país. Levando em consideração a referencia a autores e teorias, bem como referenciando os resultados encontrados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como dialogos com as análises referidas ao longo do resumo.

## REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, M.; HELGASON. S. **Improving evaluation practices-best practice guidelines for evaluation and background paper. OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development**, 1999. Disponível em:

<<http://www.oecd.org/puma>>. Acesso em: 08 Fev.2021.

ARCHELA R.S; THERY, H. **Orientação metodológica para construção e leituras de mapas temáticos**. Confins [online] 3/ 2008, posto online em 12 jun 2008. URL: <http://confins.org/index3483.html> DOI: em cours d' attribution

BAPTISTA, C.R (org.). **Educação e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar**. São Carlos: Marquezini & Manzini: ABPE, 2015.P.304

BERTIN, Jacques. **A neográfica e o tratamento gráfico da informação**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1986



BRASIL (Governo Federal). Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. D. O. 23/12/1996, P. 27833. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996> . Acesso em : 27 mar.2020

BRIANT, M.E.P. **A inclusão de crianças com deficiência na escola regular na região do Butantã**: conhecendo estratégias e ações. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARLOS, A.F.A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico *in*: CORREA, R.L.A; PINTAUDI, S.M; VASCONCELOS, P.A. (ORG.). **A CIDADE CONTEMPORÂNEA** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. P.95- 110.

CARNEIRO, MOACI A. **LDB**: leitura crítico – compreensiva, artigo a artigo. 24.ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2018.

CARVALHO, S.R; MARTINS, Lígia Marcia. A Sociedade capitalista e a Inclusão/Exclusão *in*: FACCI, M.G.D; MEIRA, M.E.M; TULESKI, S.C. (ORG.). **A exclusão dos incluídos**: uma crítica da Psicologia da Educação à Patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: Eduem, 2011. P. 17 – 34.

CORREA, R.L.A. **A REDE URBANA**. São Paulo: Bomlivro, 1989. P.94

DENZIN, N. *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*. 2ed. New York: Mc Graw – Hill; 1978

FIGUEIRA, E. **O que é educação inclusiva**. Coleção Primeiros Passos; 2013. 343p.

FRIGOTTO, G; CAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990**: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação e Sociedade, n82. Campinas: 2003 P. 93 – 130

GIL, Antônio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009 P.173



GIROTTTO, E.D (org.). **Atlas da rede estadual da educação de São Paulo**. Curitiba: CRV,2018. P. 124

LACERDA, LUCELMO. Inclusão Total e Educação Inclusiva. **LUNA ABA – Intervenção e pesquisa em educação e comportamento** – Material de apoio do curso “Educação Especial Inclusiva”: Conceitos, evidências e práticas contemporâneas.

LACERDA, LUCELMO. Política Nacional de Educação Especial de 2008 e 2020. **LUNA ABA – Intervenção e pesquisa em educação e comportamento** – Material de apoio do curso “Educação Especial Inclusiva”: Conceitos, evidências e práticas contemporâneas.

MAZZOTA, MARCOS J.S **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez 2011. P. 231

MENDES, ENICÉIA G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação v.11 n.33 set/dez. 2006. p. 387 – 405. ISSN 1809-449X. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002>.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Guia de avaliação de programas. Brasília: Seplan/MP, 2017a. P. 13 – 34. Disponível em: <<https://bit.ly/2O7UfIZ>> Acesso em 15 Fev, 2021.

NUNES, S. S; SAIA, A.L; TAVARES, R.E. Educação inclusiva : Entre a história, os Preconceitos, a Escola e a Família. **PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO**. URL [http:// x.doi.org/10.1590/1982-3703001312014](http://x.doi.org/10.1590/1982-3703001312014). 2015,35(4), p. 1106 – 1119

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO, - FFLCH – USP , 2020. Disponível em: <http://ppgh.ffe.ch.usp.br/linha-de-pesquisa>. Acesso em: 27 mar.2020.

REBELO, A. S; KASSAR,M.C.M. Escolarização dos alunos da educação especial na política inclusiva no Brasil. **Revista Instituto Benjamin Constant**. Inc.Soc., Brasília, DF, v.11 n.1, p.56-66, jul./dez. 2017

SALVINI, R,R; PONTES, R.P; RODRIGUES, C.T; SILVA, M. MA. Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem



Escolar dos Alunos da Educação Especial. **Scientific Electronic Library Online.**

Estud. Econ., São Paulo, SP, vol.49 n.3,p.539 – 568,jul.-set.2019

SANTOS, M. **Espaço e Método** 4 ed.. São Paulo: Nobel,1997

SÃO PAULO (Prefeitura). Decreto nº57.379 de 13 de Outubro de 2016. Dispõe sobre a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Diário Oficial da Cidade de 14/10/2016,p.23.** Disponível em:[https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=/2016/](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2016/)

SPOSITO,M. Segregação Socioespacial e centralidade urbana in: CORREA, R.L.A; PINTAUDI, S.M; VASCONCELOS, P.A. (ORG.). **A CIDADE CONTEMPORÂNEA** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. P.61-93.

TURRA NETO,N. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **Revista Raega.** Curitiba, PR, v.23, p.340-375. 2011.